

## Assembleia de Freguesia de Odivelas 2ª Sessão Ordinária - 27 de Dezembro de 2013

### Declaração Política

#### **Um Governo fora da lei e da Constituição que tem de ser demitido!**

Nas últimas semanas assistimos, pacientemente, à impaciência dos (des) governantes deste país à beira-mar plantado e dos seus mandantes, em relação ao que o Tribunal Constitucional (TC) decidiria sobre a chamada convergência das pensões.

Pressões e especulações não faltaram, uns diziam que havia plano B, outros que não, não há plano B, não há outra forma que não a de continuar a roubar.

Finalmente, na passada quinta-feira, ficámos todos a saber, que mais uma vez o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional mais um diploma do Governo PSD/CDS-PP. Desta vez foi o da denominada convergência do regime de pensões da função pública com o regime geral da segurança social, nos seus artigos relativos aos cortes em 10% nas pensões de aposentação, reforma, invalidez e sobrevivência, bem como nas alterações na taxa de formação da pensão.

Esta decisão do TC vem confirmar a justeza das lutas que têm sido travadas por milhares de cidadãos e dar ânimo para continuar as lutas nestas e em tantas outras esferas da vida política portuguesa.

Esta decisão do TC vem confirmar que valeu e vale a pena resistir e lutar contra estas medidas dirigidas aos trabalhadores e reformados da Administração Pública, dá mais força à luta contra todas as medidas que estão a fazer retroceder direitos de protecção social na velhice e a impor uma brutal redução das condições de vida dos actuais reformados, tanto do sector público como do sector privado.

Desde a apresentação do diploma relativo à (falsa) convergência dos regimes de protecção social dos sectores público e privado, que a CDU e o PCP se opuseram à natureza das alterações legislativas que preconizava e que consubstanciava, de forma mais visível e gritante, o roubo de 10% das pensões futuras e das pensões em pagamento no âmbito da Administração Pública.

O actual Governo PSD/CDS-PP dava assim corpo a uma violação grosseira do contrato firmado entre o Estado e os seus trabalhadores, agora reformados, traíndo a relação de segurança e confiança que nele fora depositado. Tratava-se de impor cortes inaceitáveis e com efeitos retroactivos para quem, ao longo de uma vida de trabalho, descontou para a Caixa Geral de Aposentações tendo por base o seu salário e tendo como garantia o direito a uma pensão digna.

Sendo uma importante vitória a declaração de inconstitucionalidade, agora anunciada pelo Tribunal Constitucional, importa assumir o caminho da luta como condição indispensável e insubstituível para derrotar os objetivos de convergência dos regimes de pensões que falsamente preconizam a ideia de “equidade” entre trabalhadores dos sectores público e privado, quando na verdade este Governo prossegue uma ofensiva iniciada pelo anterior governo do PS assente numa harmonização no retrocesso e de nivelamento “por baixo”, nos direitos de protecção social, designadamente na velhice para os trabalhadores dos sectores público e privado.

Está derrotado o objectivo pretendido pelo actual governo de impor uma redução de 10% nas pensões para os actuais e futuros reformados. Mas é preciso dar continuidade à luta para derrotar uma política que aposta na redução dos valores das reformas e pensões, no presente e no futuro (usando o pretexto da redução do défice ou da defesa da sustentabilidade financeira da Caixa Geral de Aposentações e do Sistema Público de Segurança Social).

É preciso dar continuidade à luta contra a destruição das funções sociais do Estado, o ataque aos salários (no sector público como no privado) e a destruição da relação existente entre os descontos para a segurança social e o direito a uma pensão digna para os actuais e futuros reformados, dos sectores público e privado. É preciso continuar a luta pela revalorização dos salários e das reformas derrotando uma “harmonização” no empobrecimento do conjunto dos trabalhadores e reformados.

Quase em paralelo com o chumbo do TC, o Tribunal de Contas destaca, na Conta Geral do Estado de 2012 a *“omissão de 1045 milhões de euros, por benefícios atribuídos a SGPS (sociedade gestoras de participações sociais)”, modelo de organização usado por grupos económicos.*

O Fisco dá uma explicação *“esfarrapada”* a tentar explicar e inexplicável, sem responder seriamente ao alerta do Tribunal de Contas para a excessiva concentração dos benefícios fiscais em poucas empresas e entidades públicas. Revela o Tribunal de Contas que considerando os cinco principais tipos de benefício em sede de IRC, que correspondem a mais de 60% de toda a despesa fiscal, quase metade (48,2%) está concentrada nos dez maiores beneficiários que deixaram de pagar 132 milhões de euros. O grau de concentração cresceu em relação a 2011, ano em que as dez principais beneficiárias absorveram 44% destes benefícios.

Os benefícios fiscais concedidos às empresas em 2012, e relativos ao ano de 2011, cresceram 91 milhões de euros. Em sentido inverso evoluiu a despesa com os benefícios fiscais dos contribuintes individuais, em sede de IRS, que baixou 106 milhões de euros em 2012.

O Tribunal de Contas sublinha ainda que entre 2010 e 2012, os benefícios fiscais às empresas aumentaram 157 milhões de euros e o número de empresas, de grandes empresas reduziu substancialmente. No mesmo período, os benefícios aos particulares caíram 130 milhões de euros.

Por coincidência, ou não, estes números são conhecidos quase ao mesmo tempo em que PS e PSD chegam a acordo para a reforma do IRC que baixa levemente a taxa de imposto com maior efeito nas pequenas empresas. O PS embandeira em arco com o acordo alcançado.

Pouco, muito pouco para inverter a situação desastrosa em que o país se abisma.

**para uma vida melhor!**

Pouco, muito pouco para deixar de beneficiar o grande capital. São migalhas para as pequenas e médias empresas, sobretudo, não faz sentido discutir o IRC, sem discutir todo o sistema fiscal, a pedra de toque dos regimes.

As declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro Passos Coelho, confirmando a intenção do Governo de prosseguir a mesma política, com as consequências de afundamento nacional e agravamento da exploração e das desigualdades que são conhecidas, penalizando os mesmos do costume – trabalhadores, jovens e reformados –, confirmam a necessidade de prosseguir e reforçar a luta pela demissão do Governo, um Governo que está fora da lei, e coloca a cada um de nós, cada vez com mais urgência e necessidade a sua demissão e a convocação de eleições antecipadas, como condição de construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda ao serviço do povo e do país.

Odivelas, 27 de Dezembro de 2013

Os eleitos da CDU na  
Assembleia de Freguesia de Odivelas

***para uma vida melhor!***